



**Nota do SinTUFABC ao Conselho Estadual da Condição Humana, e manifestação de solidariedade e apoio à Comunidade Acadêmica - Discentes, Docentes, TAs e Terceirizados - da UNIFESP, *Campus Baixada Santista*, em repúdio aos fatos de intolerância ocorridos durante a Audiência Pública realizada em 11 de agosto.**

O SinTUFABC vem manifestar solidariedade e apoio à Comunidade Acadêmica - Discentes, Docentes, TAs e Terceirizados - da UNIFESP, *Campus Baixada Santista*, em razão dos acontecimentos relatados durante a Audiência Pública realizada em onze de agosto, convocada pelo Conselho Estadual da Condição Humana para discutir o texto do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos de São Paulo.

A presença, em massa, de policiais armados no *campus* universitário, seria motivo para preocupação da comunidade; portanto, durante uma audiência pública com o objetivo de intimidar e impor pela força da farda seus interesses corporativistas, conforme os inúmeros relatos e filmagens sobre o ocorrido, é inadmissível e coloca em cheque o estado democrático de direito sobre o qual estão protegidos todos os cidadãos brasileiros. Neste sentido, destacamos a relevância da nota da Reitoria da Unifesp, que, em vista da notícia dos fatos acontecidos no *Campus Baixada Santista*, redigiu o documento “*Nota de Esclarecimento sobre Audiência de Direitos Humanos convocada pelo Comitê Estadual de Direitos Humanos no Campus Baixada Santista da Unifesp*”<sup>1</sup>, cobrando uma posição da Secretaria de Segurança Pública com relação à invasão de Policiais Militares (PMs) a audiência no *campus* da Baixada.

Tais ocorrências são sintomáticas do crescimento da intolerância no Brasil, e sobretudo nas instituições de ensino brasileiras, local que deveria ser significado da pluralidade e respeito de ideias, bem como, de inclusão social, não se podendo conceber que o espaço da universidade seja tomado para o vil interesse de agir contra as políticas de direitos humanos. Projetos a exemplo do *Escola sem Partido* (Proposição Legislativa nº 867/2015), bem como outras iniciativas repressivas contra minorias, devem ser rejeitados

---

<sup>1</sup> Em nota de esclarecimento, a Reitoria da Unifesp, e a *Diretoria Acadêmica do Campus Baixada Santista da Universidade Federal de São Paulo*, cobraram esclarecimentos, e reafirmaram que a Universidade está pautada pelo princípio da democracia e da autonomia; e assim, acolhe a comunidade para realizar ações de natureza pública, inclusive abordando temas polêmicos e que necessitam de ampliação do diálogo. Também destacaram defender o direito de todo(a) cidadão(ã) participar de debates públicos e todos(as) são bem-vindos(as) no espaço da Universidade para contribuir e reafirmar os princípios de democracia, da autonomia, do diálogo respeitoso e das conquistas dos direitos humanos. Para a leitura da nota, acessar o sítio eletrônico da Unifesp: <<http://www.unifesp.br/boletins-antecedentes/item/2906-nota-de-esclarecimento-sobre-audiencia-de-direitos-humanos-convocada-pelo-comite-estadual-de-direitos-humanos-no-campus-baixada-santista-da-unifesp>>, visitado em 16/08/2017, às 14:14 horas.



pela comunidade em todas as instâncias; visto as diversas notas técnicas<sup>2</sup> emitidas pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, da Procuradoria Geral da República, do Ministério Público Federal, que atestam a inconstitucionalidade deste projeto por cerceamento à liberdade de expressão, à liberdade de cátedra e a outros valores constitucionais constantes das convenções ou tratados internacionais de Direitos Humanos Fundamentais, dos quais a República Federativa do Brasil é signatária.

Desta forma, considerando o exposto, o SinTUFABC vem manifestar sua adesão e solidariedade à nota proferida pela Adunifesp, à nota de esclarecimento redigida pela Reitoria da Unifesp e pela Diretoria Acadêmica do *Campus* Baixada Santista e **reitera o pedido feito ao Conselho Estadual da Condição Humana, de desconsiderar o resultado da referida audiência, visto sua deturpação pela invasão dos policiais fardados e armados**; bem como, que tal entidade reitere o pedido de esclarecimento à Secretaria de Segurança Pública, para que os fatos sejam devidamente apurados, e os que abusaram do poder e da autoridade, ou desviam da finalidade no exercício da atividade policial, sejam efetivamente processados e responsabilizados, seja pelos órgãos do controle externo da atividade policial (Ministério Público, Estadual e Federal, Poder Judiciário) ou pela via da Corregedoria do Estado de São Paulo.

A universidade pública, democrática, inclusiva, aderente à defesa dos direitos humanos, não pode consentir com a perseguição contra as minorias, tampouco pode a universidade servir de palco para a restrição das liberdades públicas garantidas pelo Estado Democrático de Direito. Além disso, as forças policiais tem a missão constitucional da defesa do Estado Democrático de Direito. Não podem os agentes policiais agirem com intolerância, seja no exercício da função ou fora dela.

A universidade é e deve ser local de tolerância, diálogo e inclusão social.

***SinTUFABC - Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais do ABC***  
***Juntos Somos Fortes!***

Santo André, 21 de agosto de 2017.

---

<sup>2</sup> Sobre as inconstitucionalidades de projetos a exemplo do *Escola Sem Partido*, vide a nota técnica 01/2016, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Disponível no sítio eletrônico da PFDC da PGR/MPF: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/educacao/saiba-mais/proposicoes-legislativas/nota-tecnica-01-2016-pfdc-mpf>.